

### ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA/SE GABINETE DO PREFEITO

# DECRETO N°. 106/2015 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

Declara Situação de Emergência em toda a área Rural do Município de Porto da Folha afetada por SECA (COBRADE – 1.4.1.2.0), conforme IN/MI 01/2012.

O Senhor **ALBINO TAVARES DE ALMEIDA NETO**, Prefeito do Município de Porto da Folha, localizado no Estado de Sergipe, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012,

#### CONSIDERANDO:

- I Que as precipitações pluviométricas no Município de Porto da Folha-SE no período de Março a Setembro/2015, período em que as chuvas não foram suficientes para amenizar o sofrimento das comunidades rurais;
- II Que a situação de seca se agrava a cada dia nas comunidades na zona rural do Município, com falta de água potável para consumo humano;
- III Que como conseqüência deste desastre, resultou principalmente os prejuízos econômicos e sociais constantes no Formulário de Informações de Desastre, anexo a este Decreto;
- IV Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

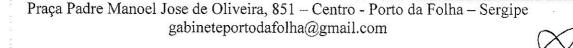
#### **DECRETA:**

Praça Padre Manoel Jose de Oliveira, 851 – Centro - Porto da Folha – Sergipe gabineteportodafolha@gmail.com



# ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA/SE GABINETE DO PREFEITO

- Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência em toda a área rural do município contidas no Formulário de Informações do Desastre FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como SECA (COBRADE 1.4.1.2.0), conforme IN/MI nº01/2012.
- **Art. 2º.** Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.
- Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.
- **Art. 4º.** De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desatres, em caso de risco iminente, a:
- I penetrar nas casas para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
- II usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público,
   assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- Parágrafo Único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.
- Art. 5°. De acordo com o estabelecido no Art. 5° do Decreto-Lei nº 3,365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por





## ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA/SE GABINETE DO PREFEITO

utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

- § 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.
- § 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.
- Art. 3º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 4°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA/ SE, em 01 de Outubro de 2015.

ÁLBINO TAVARES DE ALMEIDA NETO
PREFEITO MUNICIPAL